

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DA REDE PÚBLICA

Denise Gonçalves de Oliveira, Emily Corrêa Magri, Julia Gomes Ferreira¹

Lorena Nascimento Ferreira²

Acadêmicas do curso de Pedagogia¹

Mestre em Educação Física – Docente Multivix – Serra²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios da educação inclusiva identificando as estratégias adotadas no ambiente escolar e avaliando os recursos disponíveis para apoiar aos alunos da educação inclusiva. A escolha do tema surgiu após uma observação enquanto estudantes de pedagogia sobre os desafios do público-alvo da educação inclusiva e como a falta de formação continuada e metodologias para a prática pedagógica pode afetar o aprendizado e a permanência do aluno na escola. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa baseada em autores renomados que abordam questões relacionadas à inclusão educacional. Ao longo da pesquisa, foram identificados obstáculos como a falta de recursos adequados, a resistência a mudanças na cultura escolar, a formação insuficiente de professores e a falta de políticas públicas claras e consistentes sendo eles os principais desafios enfrentados por educadores, gestores e instituições educacionais para a implementação de uma prática inclusiva eficaz no contexto educacional.

Palavras chaves: Educação inclusiva; educação especial; formação continuada; prática pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva apresenta um importante papel na configuração escolar, pois é a partir dessa modalidade de ensino que serão oferecidos a todos os estudantes

público-alvo da educação especial¹ uma educação de qualidade e sem defasagem. Suárez e Queiróz (2020, p. 313) expressam que:

[...] todos nós temos direitos iguais e assim deve ser com relação às pessoas com ou sem deficiência, que estão alijadas de alguma forma de seu labor e dos benefícios que nos traz a sociedade. A partir do momento em que há uma exclusão de qualquer segmento da população, o resultado é um conflito social e uma competição desumana.

De certo modo, tem se tornado cada vez mais fatigante para o educador encontrar alternativas e métodos inclusivos para integração em sua prática pedagógica de modo a abranger todos os alunos presentes em sala. Por essa problemática estar intrincada no sistema de ensino educacional, a pesquisa realizada visa encontrar respostas que ofereçam aos professores um direcionamento para reduzir essa defasagem.

Ao entender que a educação é um direito que todo indivíduo possui, uma vez que auxilia no desenvolvimento pleno do indivíduo como ser humano e cidadão, entende-se que o docente deve encontrar meios para instigar a aprendizagem dos alunos. A inclusão no ambiente educacional pode ser entendida como a garantia de um processo educacional eficaz para todo e qualquer aluno, independentemente de suas condições individuais de aprendizagem (Fabri; Tassa, 2022, p. 60).

Ainda nessa perspectiva, Fabri e Tassa (2022) evidenciam que:

[...] Sugere-se que o currículo seja revisto e adequado para cada aluno(a), atendendo as suas especificidades, não como algo fechado e único para a educação especial. É necessário que o aluno seja acolhido, incluído no contexto, por meio de uma educação e uma prática que propicie seu desenvolvimento, com ênfase nas habilidades que possui". (p. 65)

É preciso que o professor reflita e encontre metodologias que favoreçam o aprendizado do estudante. Nesse caso, se faz necessário que o educador procure estar sempre atualizado e em constante processo de atualização de seu currículo educacional, de modo a estar preparado para atender os alunos público-alvo da educação especial. Portanto, ao investir na formação continuada e trabalhar com metodologias e práticas inclusivas, o professor promove um ambiente provedor de aprendizagem de modo a se preparar para as dificuldades existentes e enfrentar as diversidades presentes no meio educacional.

¹ No art. 58 da LDB o público-alvo da educação especial é caracterizado: "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação".

Dessa maneira, ao trabalharem em conjunto com a instituição de ensino, os docentes promovem uma adaptação ao sistema escolar, oferecendo a todos os estudantes oportunidades iguais de aprendizagem que serão necessárias durante seu processo de formação e desenvolvimento, preparando-os para que possam ocupar seu lugar na sociedade de modo pleno, além de possibilitar momentos para que possam obter seu conhecimento de mundo (Vasconcelos, 2007).

Dito isso, é importante que o professor atualize sua formação docente e procure constantemente investigar novas metodologias de ensino, visto que, em vários momentos, deverá repensar sua prática pedagógica com o objetivo de atender a todos os alunos. Quaisquer que sejam as dificuldades enfrentadas por eles, se tornam dever do docente encontrar um novo método que garanta que o ensino ofertado seja significativo e de boa qualidade para todos (Rocha, 2017).

A aplicação da educação inclusiva em ambientes de ensino não apenas satisfaz as distintas necessidades dos estudantes, mas também traz uma série de vantagens que enriquecem a comunidade educacional como um todo, promovendo, por conseguinte, oportunidades que valorizam a construção de sua identidade. É preciso reconhecer e atender as diversas demandas existentes na escola como um todo, de modo a promover a integração total dos discentes e incitar seu progresso e aprimoramento cognitivo (Félix; Corrêa; Coutinho, 2024).

Em vista disso, para a execução do presente trabalho foi realizada uma pesquisa descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa, visando encontrar respostas sobre os possíveis métodos que os docentes podem adotar para tornar as suas práticas educativas mais inclusivas. Para isso, foram separados blocos temáticos para auxiliar nesse processo de revisão dos artigos selecionados, sendo eles: público-alvo da educação especial e educação inclusiva nas séries iniciais, importância da formação continuada na educação inclusiva e educação inclusiva: metodologias e práticas pedagógicas educacionais.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Quais os desafios da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental a partir das publicações dos últimos 5 anos?

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar quais os desafios da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental a partir das publicações dos últimos 5 anos.

1.3.1 Objetivos Específicos

– Avaliar se as estratégias utilizadas dentro do espaço escolar estão sendo suficientes para promover a permanência dos alunos público-alvo da educação especial;

– Compreender quais os principais desafios encontrados pelos docentes em sala de aula;

– Entender quais os principais desafios que os docentes costumam se deparar em sala de aula e como sua formação acadêmica influencia na prática pedagógica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um direito que todo indivíduo possui, que deve ser garantido pela escola, pois ela tem como obrigação promover um espaço que esteja apto para a aprendizagem do aluno.

A educação inclusiva é uma perspectiva que assume que a educação é para todos (Easnie, 2018) e que o sistema educativo deve fortalecer-se continuamente para alcançar todos os alunos, i.e., deve ser capaz de identificar, a cada momento, as barreiras que impedem a participação e a aprendizagem de todos os alunos e procurar encontrar o modo de a superar (Maia; Freire, 2020).

Desse modo, é fundamental saber que nem todos se desenvolvem e compreendem o conteúdo do mesmo modo, o que se faz necessário encontrar métodos diversificados dentro de sala para que todos possam aprender de maneira adequada. Dito isso, é importante saber que “[...] a educação deve ser adaptável às transformações sociais e aptas a responder às necessidades dos estudantes dentro dos novos e diferenciados reclames sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais” (Silva; Sousa, 2020, p. 964).

É significativo que a instituição de ensino desenvolva um ambiente de qualidade, e ofereça os meios necessários para que possa ser colocada em prática uma educação de valor e de equivalência. Oferecer um ensino de qualidade é papel

da instituição escolar, uma vez que ela exerce o papel de seguir “ênfatizando a inclusão digital, a preparação ao uso das ferramentas digitais, a atualização e adaptação das práticas pedagógicas e, ainda, a sensibilização às especificidades e peculiaridades de cada estudante” (Silva; Sousa, 2020, p. 967).

Seguindo essa premissa, é importante salientar que o tópicO referente ao princípio docente, estabelecido nesse instante como a sua formação inicial, em conjunto com a educação continuada, possui grande influência no processo educativo, pois é através dela que o professor irá encontrar métodos e estratégias para que quaisquer indivíduos presentes no âmbito escolar tenham uma educação bem estruturada e que esteja ao seu nível de percepção, visto que “somente com políticas educacionais claras e consistentes, e professores altamente qualificados e motivados na prática docente, teremos uma educação de qualidade para todos” (Fonseca, 2021, p. 56).

Os desafios e conquistas enfrentados pelos educandos diariamente são inúmeros. Dito isso, apesar de ter um olhar de comisseração voltado para esses obstáculos, é preciso se perguntar e atentar-se aos esforços empregados dentro da sala de aula, pois a construção do saber docente vai sendo construído continuamente e diariamente, uma vez que “[...] por ser a inclusão um processo em construção, a formação do professor também será, e, com isso entendemos que não se esgota na formação continuada e tampouco na formação inicial” (Miskalo; Cirino; França, 2023, p. 520).

Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 528) reiteram que:

O professor é considerado um ator de suma importância no contexto escolar e no processo de ensino e da aprendizagem, pois está em contato direto com essa criança, constituindo-se do meio de transmissão do conhecimento, além de ser o facilitador no processo ensino-aprendizagem. Considera-se que a formação desse profissional pode influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito da sala de aula.

É preciso refletir e entender que o professor, na grande maioria dos casos, é o primeiro contato que a criança vai ter com a educação propriamente dita, o que significa que a sua formação e a maneira como escolher trabalhar com seus alunos dentro do ambiente escolar irá gerar um grande impacto no seu processo de formação.

A formação de professores busca mudanças para a prática pedagógica em relação ao processo formativo e educativo dos alunos, sobretudo na sociedade. Assim o profissional da educação é visto como um mediador entre os conhecimentos históricos acumulados e os indivíduos que estão em processo de aprendizagem (Coitim; Moriguchi; Strieder; Bach, 2020, p.4).

É preciso ter consciência e criar um pensamento voltado para os discentes e entender que são indivíduos que passam por dificuldades como quaisquer outras pessoas, em virtude de que todos são humanos e necessitam de um olhar mais atencioso, principalmente quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Dito isso, o processo de formação docente é requerido para que a prática realizada dentro do âmbito escolar seja a mais inclusiva possível, além de poder articular com maior autonomia o que lhe foi ensinado de forma teórica, trabalhando sincronicamente com as experiências adquiridas e vivenciadas, pois:

[...] dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem, permanentemente, irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano (Pimenta, 2012, p. 18).

Em vista disso, é preciso dedicar-se e trabalhar com criticidade e assertividade quanto à educação, para que sejam formados cidadãos dotados de entendimento e que possam vivenciar e integrar uma sociedade mais democrática.

Miskalo, Cirino e França (2023, p. 521) expressam que:

Os conhecimentos sobre a teoria da educação e didática são prementes para o entendimento de ensino como realidade social, além de desenvolver a capacidade de refletir sobre a própria atividade para construirmos saberes e os fazerem na construção da identidade como professores em um processo contínuo de formação.

Bartalotti (2006) exprime que “[...] se desejarmos uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual todos possam ter possibilidades de vida digna, temos de fazer da inclusão social uma realidade”. Já Nunes e Manzini (2020, p.8) expressam que “a aprendizagem escolar está diretamente relacionada ao currículo que organiza os diversos níveis de ensino e as ações docentes “. Isto posto, é notável em como a escola tem um papel fundamental na jornada escolar do discente, pois “a educação inclusiva parte de uma escola que tem como objetivo acolher, promover o desenvolvimento e aprendizagem de todos, [...]” (Oliveira; Feitosa; Mota, 2020, p. 85).

Sendo assim, a instituição escolar deve estar atenta em como a grade curricular, em outras palavras, o currículo, será organizado, levando em conta o contexto social e a realidade vivenciada pelo aluno, para criar um ambiente propício e acessível à formação acadêmica estudantil.

[...] o horário escolar, o ano letivo, a disposição das mesas e cadeiras nas salas de aula, as normas disciplinares, quais as áreas do conhecimento entram na escola – no currículo – e quais as que ficam de fora, os tempos

destinados a cada disciplina, tudo isto é exemplo de saber-poder que pode ou não estar contido no currículo escolar (Silva Júnior; 2021, p. 4).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem e dos desafios que os mesmos encontram ao lecionar em sala de aula, é preciso ter em mente que nem todo processo educacional está voltado apenas para ele e suas metodologias em sala de aula. É primordial que o educador adapte seu sistema de ensino de acordo com as necessidades de seus alunos e encontre novas formas de proferir os ensinamentos para que não ocorra a defasagem escolar “[...] cabe ao professor participar de atividades propostas pela escola para a elaboração do projeto pedagógico, cumprir com o plano de trabalhos e adequar formas de melhorar a aprendizagem dos alunos”. (Coitim; Moriguchi; Bach; Strieder, 2020, p. 3)

Entretanto, muitas vezes o docente não possui uma formação adequada, o que acaba dificultando o processo de adaptação, seja de atividades ou até mesmo de sua didática em sala. Sendo assim, “[...] nota-se que há, por parte dos educadores, uma carência na formação que os possibilite em produzir atividades adaptadas de acordo com a necessidade desses estudantes e permita o acesso ao currículo” (Salgado, 2020, p.4).

Em face do que foi exposto até agora, é importante ressaltar que para o educador realizar um trabalho satisfatório e que alcance todos os discentes presentes em sua sala de aula, torna-se indispensável que leiam materiais voltados para a sua área e sempre se atualizem para que possam oferecer o máximo de conhecimento possível a seus alunos. Dito isso, “[...] faz-se necessário que os profissionais e principalmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando” (Rocha, 2017, p. 5).

Por mais que o professor tenha que conhecer os seus alunos para poder entender e escolher qual metodologia terá maiores resultados, é preciso saber que não apenas a sua formação e bagagem adquiridos ao decorrer dos anos afetam sua didática em sala, mas também a infraestrutura disposta na instituição escolar, que faz toda a diferença no processo de ensino oferecido pela instituição, tendo um caráter importante e necessário para que o ensino seja sempre rico e benéfico em sua totalidade.

O espaço escolar não é apenas um “continente”, um recipiente que abriga alunos, livros, professores ou um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um „conteúdo”, ele mesmo é educativo. Escola é mais do que quatro paredes; é clima, espírito de trabalho, produção

de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento; tem que despertar interesse em aprender; além de ser alegre, agradável e confortável, tem que ser pedagógico. Há uma „docência do espaço “. Os alunos aprendem dele lições sobre a relação entre o corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho, que constroem conhecimento (por que silêncio na biblioteca e barulho na oficina, no ateliê de artes ou mecânica?). [...] Por isso, é importante que as escolas sejam espaços funcionais, produtivos e produtores de aprendizagem (Andrade; Campos; Costa, 2021, p.162-163).

Diante disso, é importante salientar que a infraestrutura escolar afeta sim o desenvolvimento do aluno e que a escola tem o papel de dispor de um ambiente propício para que o estudante possa ter um ambiente agradável para que as experiências trocadas possam ser adequadas. Andrade, Campos e Costa (2021, p. 163) reiteram que:

[...] é factível que o espaço escolar ou infraestrutura seja pensado e estruturado como um local adaptável, com ambientes que propiciam e favoreçam a troca de conhecimento e saberes de cunho social e cultural, assim como de experiências cognitivas e afetivas entre os seus participantes

E expressam que “[...] A estrutura em condições ideais atrai e estimula o aluno ao seu crescimento, enquanto em condições insalubres geram desejo de abandono da unidade escolar e queda do rendimento”. (Andrade; Campos; Costa, 2021, p. 165)

A acessibilidade à escola é um fator na qual a instituição escolar é responsável, pois através dela, há a possibilidade de que todos os indivíduos sejam incluídos no processo de ensino, como Andrade, Campos e Costa (2021, p. 165) afirmam:

Em relação à acessibilidade, as unidades escolares precisam pensar a acessibilidade física como um elemento essencial para a inclusão educacional, tendo em vista a sua responsabilidade em garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos ambientes da escola, com facilidade, autonomia e segurança.

Por mais desafiadores que sejam os dias passados dentro do âmbito escolar, é preciso que cada docente se desafie e procure novos métodos e formas que possam atender a todos os estudantes presentes em sua sala de aula. Nesse sentido, o currículo se caracteriza como um documento de grande valia, pois, através dele que serão documentados os direcionamentos das ações muitas vezes realizadas dentro do ambiente escolar (Silva Júnior, 2021).

A inclusão escolar não é fácil, porém ao buscar conhecimento e ao receber o devido suporte da instituição de ensino, cresce as possibilidades de alcance para os discentes. É importante e necessário que não apenas o professor trabalhe de forma a incluir todos os estudantes, mas a instituição escolar também, pois “a educação

inclusiva na escola regular é enxergar a exigência de um currículo transformador, inovador, flexível e que está firmado nas bases da diversidade” (Barbosa; Bezerra, 2021, p. 6).

Sempre haverá alguém que precise de novas formas para entender o que está sendo oferecido dentro da sala de aula, o que significa que tanto o professor quanto as pessoas que fazem parte da instituição de ensino devem trabalhar em conjunto para que o aprendizado seja agregado de forma mais elucidativo possível (Rocha, 2017, p.4).

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já existentes, como livros e artigos científicos, sendo fundamental em diversos estudos. Em alguns casos, ela é a única metodologia utilizada, especialmente em pesquisas de caráter exploratório ou naquelas que buscam compreender ideologias e analisar diferentes perspectivas sobre um problema. Nessas situações, a revisão de fontes bibliográficas é essencial para fundamentar a análise e desenvolver o conhecimento sobre o tema em estudo.

A metodologia da pesquisa tem como foco principal os desafios da educação inclusiva nos anos iniciais da rede pública de ensino. Para isso, optou-se por uma pesquisa descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada em teóricos renomados que discutem temas relacionados à inclusão educacional. O processo inicial envolveu o levantamento de materiais a serem analisados, utilizando como fontes artigos científicos disponíveis nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, publicados nos últimos cinco anos, e escritos em português. Os artigos foram selecionados com base em palavras-chave como "inclusão", "prática pedagógica", "docentes" e "rede pública de ensino".

Após a coleta de material, foi realizada uma triagem dos 30 artigos, o qual selecionamos 9, verificando sua proximidade com o tema central através da leitura dos resumos. Os que se mostraram pertinentes foram lidos na íntegra, permitindo uma análise aprofundada das pesquisas. A partir dessa análise, foi construído uma revisão bibliográfica sólida sobre os desafios enfrentados pela educação inclusiva nos primeiros anos da escola pública, sendo estruturada nas seguintes categorias de

análise: público-alvo da educação especial e educação inclusiva nas séries iniciais, a importância da formação continuada na educação inclusiva e educação inclusiva: metodologias e práticas pedagógicas educacionais.

Além do foco em teóricos e artigos científicos, na pesquisa bibliográfica foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas por docentes e gestores na implementação de práticas inclusivas, como a falta de formação adequada dos professores, infraestrutura insuficiente e a escassez de recursos pedagógicos adaptados. Esse tipo de investigação é fundamental para subsidiar a compreensão crítica e a formulação de possíveis soluções e estratégias que melhorem a efetividade das políticas de inclusão escolar.

Portanto, a escolha por essa metodologia não apenas auxilia na construção de um embasamento teórico robusto, mas também viabiliza a identificação das lacunas existentes nas práticas inclusivas, possibilitando a reflexão sobre como superá-las para garantir uma educação equitativa e acessível para todos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico abordaremos a apresentação e discussão de três categorias de análises.

4.1 - PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SÉRIES INICIAIS

Conforme com o artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988, a educação é um direito universal, independentemente de limitações físicas ou intelectuais. Cabe ao Estado, em conjunto com a família, garantir o cumprimento e o respeito a esse direito, promovendo a participação da sociedade, tendo como objetivo preparar o indivíduo para o pleno exercício da cidadania e para o desenvolvimento de todo o seu potencial com reconhecimento e respeito no convívio social.

Para assegurar que esse direito seja realmente efetivo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, define diretrizes para a educação especial nos artigos 58 e 59. O artigo 58 estabelece que a educação especial deve ser preferencialmente integrada à rede regular, atendendo estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. O artigo 59

exige que os sistemas de ensino adaptem currículos, métodos e recursos, além de fornecerem apoio especializado nas escolas regulares, para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A escola desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo pertencente ao público-alvo da educação especial, proporcionando uma vasta gama de experiências e oportunidades. Dessa forma, o educador deve manter um olhar atento para assegurar o cumprimento das leis dentro da sala de aula. O aluno necessita de incentivo para ser protagonista de sua própria história, sentindo-se capaz de alcançar seus objetivos e desenvolver seu potencial ao máximo. Além disso, a escola deve promover um ambiente inclusivo, que valorize a diversidade e possibilite o crescimento pessoal e acadêmico de todos os estudantes.

Assim, no âmbito educacional é possível compreender que o processo de inclusão deve propiciar uma ampliação de percepções de modo a envolver todos os alunos com plena participação encarando a realidade que mesmo com “diferenças” todos os alunos precisam de oportunidades e que são sujeitos de desenvolvimentos. Portanto, esta perspectiva inclusiva deve sempre ser compreendida, explorada positivamente e trabalhada sob um mesmo olhar de conquistas e destaque no campo da Educação (Martins; da Silva; Sachinski, 2020, p. 9.).

Dessa forma, o exercício da docência tanto em sala de aula quanto no Atendimento Educacional Especializado, requer uma formação sólida que capacite o professor para desempenhar sua função de forma competente. Para atuar na educação especial, além da formação inicial e continuada, é fundamental que o docente possua conhecimentos específicos da área, a fim de lidar com as diversas demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais. Essa formação especializada é crucial para promover uma prática pedagógica inclusiva e eficaz, que valorize a individualidade de cada estudante e favoreça o desenvolvimento pleno de suas capacidades (Loureiro e Silva, 2021, p.6).

Assim, ao dialogar sobre a temática, muitos professores ao trabalhar a inclusão se sentem cercado por insegurança devido às inúmeras dificuldades encontradas ao receber alunos público-alvo da educação especial dentro de sala de aula. Além disso, “existe a dificuldade material em muitas escolas, sendo necessário uma estrutura adequada, melhorias e adaptações no quesito mobiliário e de materiais de estudo, brinquedos, instrumentos [...]” (Schizzi et al. 2020, p.3). Essas condições limitadas geram um ambiente de incerteza e frustração, uma vez que o professor se vê em uma posição desafiadora ao buscar atender às necessidades individuais dos alunos do público-alvo da educação especial sem os recursos adequados.

Nesse contexto, a inclusão exige mais do que boa vontade dos educadores é essencial a mobilização de recursos e investimentos que assegurem o apoio necessário tanto no aspecto estrutural quanto no pedagógico. Portanto, para que a inclusão escolar ocorra de forma eficaz, é necessário que as políticas educacionais priorizem a criação de um ambiente favorável, com recursos, capacitação e suporte técnico que garantam o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, promovendo uma prática inclusiva em sua totalidade.

Sendo assim, “é indispensável a formação de cidadãos conscientes e críticos, bem como o recebimento de formação continuada sobre o assunto, com profissionais capacitados” (Schizzi et al. 2020, p.3), já que incluir é um aspecto que requer esforços de todas as pessoas, independentemente de terem ou não deficiência. Dessa forma, por meio da educação, devem ser criadas condições para que o indivíduo com deficiência se reconheça e participe ativamente do contexto social se sentindo parte desse meio. Isso permite que ele desenvolva suas habilidades abrangendo tanto os aspectos sociais quanto os afetivos assegurando que seja respeitado todos os seus direitos como cidadão. (Martins; Da Silva e Sachinski, 2020, p.13).

Dito isso, não basta apenas existirem leis que garantam o direito do público-alvo da educação especial, elas precisam ser efetivamente cumpridas na prática e respeitadas pela sociedade. Para isso, é fundamental que o sistema educacional e os profissionais da área estejam comprometidos em oferecer recursos, adaptações e um ambiente verdadeiramente inclusivo. Assim, todos os alunos, independentemente de suas particularidades, terão oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento, favorecendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando se trata da inclusão objetiva-se destacar que se aceitam estes indivíduos de modo que possam atuar mesmo com suas dificuldades e limitações, mas adaptando meios e proporcionando momentos, de forma que estes sejam contemplados no meio social. Não é somente socializar, para além disso, é ajudar e apoiar sem excluir ou desmerecer, estimulando a alcançarem os objetivos esperados, oportunizando e aceitando as diferenças (Martins; da Silva; Sachinski, 2020, p.13).

Para Martins, da Silva e Sachinski, (2020, p.11), os caminhos essenciais para uma sociedade inclusiva, onde a primeira ação deve ser superar a fragilidade do conceito de alunos com necessidades especiais. Embora historicamente esse termo tenha sido associado apenas à deficiência, hoje ele pode ser aplicado a qualquer estudante que enfrente dificuldades e que necessite de um atendimento direcionado

ao estímulo e desenvolvimento de suas potencialidades, já que também lidam com processos de exclusão dentro da sociedade.

Dessa forma, torna-se essencial compreender a pessoa com deficiência na sua totalidade, permitindo que cada indivíduo possa se desenvolver dentro de suas potencialidades, pensando que ele possui habilidades bem como característica que o torna capaz e individual, um ser totalmente único (Schizzi et al. 2020, p.13).

Por fim, é possível concluir que o público-alvo da educação especial ainda fica a margem da desigualdade, apesar de todos os direitos que possuem assegurados por lei. Essa realidade acaba dificultando sua participação ativa na sociedade e ao acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal. Para tornar a inclusão uma realidade, é fundamental que haja comprometimento coletivo de toda sociedade.

4.2 - IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante a prática docente em sala de aula, o professor deve se atentar para que suas ações conduzam os alunos em sala de aula a um destino partilhado conjuntamente: a aprendizagem significativa. Dito isso, cabe ao professor reaver modos que integrem todos os discentes presentes no âmbito escolar, visando o desenvolvimento pleno de todos eles, integrando-os de modo que não haja deficiência em suas aprendizagens. Em razão disso, os profissionais da área da educação devem sempre se manter atualizados, visto que o conhecimento que os cerca está constantemente em processo de evolução. Desse modo:

[...] deve-se buscar o entendimento do processo de desenvolvimento da prática pedagógica de maneira ampliada, tendo clareza das influências que o contexto escolar, as condições materiais de trabalho, bem como as condições sociais e econômicas a que estão submetidos esses profissionais, exercem sobre suas práticas (Paula, 2009, p. 68).

Os desafios encontrados em sala de aula muitas vezes ocorrem pela falta de preparo do docente. As barreiras existentes dentro do âmbito escolar se tornam cada vez mais aparentes quando o professor não consegue lidar de modo adequado tal qual a situação exige. Tavares, Santos e Freitas (2016) exprimem que “[...] Considera-se que a formação de profissionais, principalmente dos professores, é essencial para a eficácia do processo e que o seu despreparo é uma das principais barreiras” (p. 528).

Diante do processo de ensino e aprendizagem, é notório que o professor tem um papel importante durante as etapas de construção da identidade do aluno. Uma vez que está à frente do processo de ensino, cabe a ele ser o mediador do conhecimento, o que significa que não pode parar com a sua formação profissional apenas na graduação inicial, e sim dar continuidade e promover estudos que o capacitem ainda mais para trabalhar na área educacional (Tavares; Santos; Freitas; 2016, p. 528).

Ao pensar na formação continuada dos docentes e em como ela é importante e necessária dentro da sala de aula, tem-se a necessidade de tornar essas ações a mais inclusiva possível. Garantir que todos os alunos tenham direito a uma educação de qualidade é fundamental, pois dessa forma é oportunizado aos alunos meios para que possam usufruir de tudo que se tem direito na sociedade, além de assegurar seu desenvolvimento pleno como cidadão (Amaral, 2017).

É fundamental que o docente ao continuar com o processo de sua formação consiga exercitar o que é visto de modo teórico, sem deixar de considerar as experiências e toda a gama de aprendizado que se apossou no decorrer de sua trajetória. A criticidade desenvolvida durante a sua formação sobre as concepções educativas propostas vai maturando com o passar do tempo, evidenciando a importância de continuar buscando um modo de valorizar ambas as experiências e atualizar seu repertório de conhecimento e o seu currículo (Amaral, 2017, p.128).

Ao analisar mais profundamente o contexto educacional torna-se claro que não apenas os docentes são responsáveis por promover uma educação qualificada, além de torná-la inclusiva para todos os discentes, mas também os demais integrantes da instituição escolar que fazem parte do cotidiano desses alunos. O coordenador pedagógico ao garantir o ensino de qualidade nas escolas, acaba por trabalhar para promover bons profissionais no processo de construção da formação discente.

Amaral (2017, p. 129) expressa que:

[...] o papel de liderança do coordenador na condução da formação centrada na escola é primordial para articular teoria e prática educativa a partir da elaboração coletiva do projeto de formação continuada na escola, ou seja, o coordenador pedagógico, ao articular-se no trabalho coletivo com sua equipe docente, e neste trabalho, mobilizar trocas de experiências, saberes silenciados advindos dos professores, possibilitará uma prática “em prol da aprendizagem dos alunos e do aprimoramento dos professores.

É preciso entender que no âmbito escolar as aprendizagens são heterogêneas, ou seja, não ocorrem do mesmo modo. Dito isso, muitas vezes é necessário que os

docentes adotem técnicas diversificadas durante suas práticas pedagógicas, onde se adaptar para que o aprendizado alcance a todos os integrantes da sala de aula é a melhor solução. Nesse sentido, o aperfeiçoamento do docente em seu perfil profissional torna-se necessário, uma vez que sua formação inicial não se torna suficiente para atender a todas as demandas necessárias dentro da sala de aula (Andrade, 2008).

A diversidade existente dentro do âmbito escolar requer a integração de profissionais adequados e que estejam qualificados para exercer a práxis pedagógica de modo a garantir a inserção de todos os indivíduos presentes no ambiente educacional. Ao pensar ainda em como a formação continuada afeta o desempenho do profissional dentro da sala de aula, há também a problemática de que a inclusão do aluno no ambiente escolar é algo relativamente novo, uma vez que toda a constituição escolar e sua base foram criadas de modo a excluir tudo aquilo que é diferente (Silva; Almeida; 2018).

Tendo isso em vista, é importante que o docente entenda que ao assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento do aluno, deve encontrar métodos em sua práxis educativa que incentivem a sua participação nas aulas e que os integrem plenamente, auxiliando no processo de desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo.

Dada essa circunstância, o docente carece de identificar os aspectos e métodos que melhor se adaptem às necessidades estudantis, além de estabelecer objetivos a serem alcançados para melhorar o conhecimento durante o processo de ensino e aprendizagem do discente. Posteriormente, ao entender que a prática pedagógica deve ser repleta com um propósito a ser conquistado, a mentalidade e o modo de agir são modificados, procurando-se alcançar medidas não engessadas e abrangentes (Silva; Almeida; 2018).

O acesso a instituição escolar deve estar vinculado ao bom recebimento dos alunos no âmbito escolar, além de promover a garantia de que o discente terá todas as oportunidades possíveis para desenvolver as suas competências. Andrade (2008, p. 88) expressa que “[...] quando falamos de inclusão escolar, não estamos falando apenas ao acesso à matrícula; estamos falando da implicação pessoal e profissional dos profissionais ligados à educação”.

Porquanto, acolher a diversidade existente no âmbito educacional e saber trabalhar de modo inclusivo torna-se fundamental, uma vez que a qualidade de ensino

para ser ofertada a todos os integrantes. Adaptar suas metodologias de ensino e entender como funciona esse processo educacional que por vezes se torna desafiador é imprescindível, uma vez que auxilia a construir um meio educacional enriquecido com novas maneiras de pensar e dialogar, além de incentivar os demais discentes a trabalharem em conjunto e a buscarem outras maneiras de colaborar com essa prática educativa

Ainda é necessário que os profissionais existentes nas instituições escolares procurem construir um espaço social que seja aberto a novas experiências, além de entender que as diferenças existentes em cada estudante são novas oportunidades proporcionadas para encontrar novos meios de propagação do saber. Para mais, é possível afirmar que “[...] quando se trata da prática inclusiva das escolas, a atuação e a formação docentes devem ser entendidas como cruciais para se pensar a qualidade do ensino e da aprendizagem (Tavares; Santos; Freitas; 2016, p. 533).

Sendo assim, a formação continuada é necessária para que possa estar promovendo um aprimoramento nos conhecimentos que já foram adquiridos durante o processo de formação inicial do profissional da educação, visando transformar e agregar o que já foi obtido através das experiências que a vivência proporciona ao professor. É através da boa formação docente que será possível atravessar os obstáculos que são impostos cotidianamente, além de conseguir proporcionar a todos os discentes presentes na sala de aula uma educação com equidade e qualidade.

4.3 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EDUCACIONAIS

A educação inclusiva contemporânea tem promovido mudanças significativas nas metodologias e práticas educacionais, focando na aprendizagem de discentes com deficiência e dificuldades no âmbito escolar. Novos paradigmas emergiram na educação especial, visando garantir o acesso à formação comum. A proposta enfatiza a oferta de atendimento educacional especializado em sala de aula para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo inclusão e suporte individualizado no ambiente escolar.

A educação inclusiva exige que o ambiente escolar seja acessível e atenda às necessidades específicas dos alunos, por meio de recursos adequados e professores capacitados em educação especial. Para garantir um ensino eficaz, é essencial que os docentes participem de formações contínuas que aprimorem suas práticas educacionais, permitindo o atendimento às diversidades e especificidades dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defende que todos os educandos sejam contemplados com educação. De acordo com os fundamentos pedagógicos da BNCC:

O compromisso com a educação integral. A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. (Brasil, 2018, p. 14);

Um dos desdobramentos do objetivo principal é analisar as práticas pedagógicas e metodologias inclusivas aplicadas pelos docentes em sala de aula. O foco é promover o desenvolvimento da aprendizagem, cognição e interação no ambiente escolar. Mantoan (2003) defende que essas abordagens devem ser intencionalmente planejadas para atender à diversidade dos alunos, favorecendo uma educação mais inclusiva e colaborativa:

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizado senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno segundo suas capacidades e seus talentos e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. (Mantoan, 2003, p. 9)

A autora enfatiza a importância da convivência de alunos com especificidades em salas de aula regulares, proporcionando a eles oportunidades de aprendizado igualitárias e promovendo a integração escolar. Nesse contexto, as práticas pedagógicas adotadas no ensino regular, visando identificar abordagens que favoreçam essa inclusão e interação entre todos os alunos.

A promoção de um ensino inclusivo de qualidade exige que as instituições de ensino disponham de estruturas adequadas e acessíveis, garantindo proteção e bem-estar aos alunos com diferentes necessidades. Além disso, é fundamental que haja materiais pedagógicos e ferramentas tecnológicas que possibilitem a pesquisa e o aprendizado, permitindo a aquisição de novos conhecimentos. Essa abordagem inovadora no ambiente escolar busca empoderar a participação de indivíduos com deficiência e outras diversidades, integrando-os de maneira efetiva na sociedade.

Segundo Glat e Blanco (2007), O paradigma educacional de Integração buscava incluir alunos com deficiência em ambientes escolares mais inclusivos, oferecendo-lhes suporte especializado para que pudessem transitar de classes especiais para classes regulares.

No contexto educacional, as tecnologias digitais desempenham um papel fundamental na integração dos alunos em sala de aula, atuando como ferramentas facilitadoras de aprendizagem. Novas metodologias e técnicas de ensino têm possibilitado a inclusão de indivíduos antes excluídos do sistema formal, promovendo a ideia de que “o deficiente pode aprender”. Essa mudança de paradigma, que substitui o modelo médico pelo educacional, destaca a importância das condições do ambiente escolar em fornecer recursos adequados para o desenvolvimento dos alunos.

A proposta de inclusão busca ampliar as oportunidades de desenvolvimento intelectual, emocional e cognitivo, exigindo que as escolas se adaptem para acolher tanto alunos em salas regulares quanto em classes especializadas. Assim, a ênfase não está mais na deficiência do indivíduo, mas nas condições do meio que favorecem a aprendizagem e a inclusão.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) consistem em recursos e dispositivos modernos que podem ser utilizados como ferramentas de ensino, desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão educacional. Essas tecnologias permitem que os alunos se apropriem do conhecimento de maneira mais interativa e acessível. Ao integrar as TIC no ambiente escolar, é possível adaptar o processo de aprendizagem às necessidades de cada estudante, favorecendo sua participação e desenvolvimento. Assim, as TIC se configuram como aliadas na construção de um espaço educacional mais inclusivo e dinâmico. Conforme Giroto, Bortolini e Omote (p.17, 2012):

As novas gerações estão crescendo em uma sociedade da informação e os sistemas educacionais precisam se adaptar a essa nova realidade, não podem ficar alheios a tal fato. Os recursos das TIC devem ser amplamente utilizados a favor da educação de todos os alunos, mas notadamente daqueles que apresentam peculiaridades que lhes impedem ou dificultam a aprendizagem por meios convencionais.

A educação inclusiva, combinada com sistemas alternativos de aprendizagem, favorece a inserção dos alunos no ambiente escolar. Ambientes com recursos digitais contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo e a capacidade criativa dos estudantes, além de promover a interação social e afetiva. Assim, a

utilização dessas ferramentas é essencial para fortalecer a inclusão em escolas regulares, criando um espaço mais colaborativo e acolhedor para todos os alunos.

A inclusão escolar vai além da mera presença dos alunos em sala de aula, implicando um processo que assegure a aprendizagem efetiva de todos, respeitando as peculiaridades e competências de cada um. Para que a inclusão se concretize, a escola deve promover um currículo flexível e adaptado, que atenda às necessidades dos alunos, especialmente aqueles da educação especial. Isso exige reflexão, diálogo e a implementação de práticas pedagógicas que valorizem o desenvolvimento pleno de todos, evitando a simples inserção de alunos em um currículo inadequado para suas realidades. (Fabri; Tassa; 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo, fundamentado na perspectiva da educação inclusiva, destaca que é possível proporcionar aos alunos com deficiência um ensino de qualidade por meio de professores capacitados e de escolas que ofereçam estruturas e acessibilidade adequadas. A pesquisa revela que, de acordo com as políticas educacionais, existe uma responsabilidade clara em promover o desenvolvimento integral do educando e garantir o atendimento especializado, assegurando o acesso à educação em instituições de ensino.

Diante disso, é importante salientar que não apenas os professores são responsáveis por promover uma educação de qualidade e inclusiva, mas todos os integrantes da instituição educacional que fazem parte do cotidiano escolar dos alunos têm sua parcela na luta para alcançar uma educação que integre todos os discentes de modo igualitário.

É preciso entender que se torna imprescindível para o professor buscar técnicas que promovam a integração de todos os alunos, além de continuar o processo de atualização e busca de aprimoramento de seu perfil profissional onde a formação continuada promove a atualização do currículo e oportuniza novos olhares e pensamentos reflexivos sobre essa área que continua evoluindo a todo instante.

Nesse contexto, a investigação analisa como os docentes implementam práticas de ensino e incorporam novas metodologias educacionais no ambiente escolar. Observa-se uma transformação significativa nos métodos utilizados pelos profissionais, que necessitaram se adaptar e buscar capacitações para atender às

demandas de alunos com diversas especificidades. Essa evolução visa não apenas a inclusão, mas também a promoção da autonomia e da socialização dos estudantes em sala de aula. Conclui-se que a integração efetiva de práticas pedagógicas inclusivas é essencial para criar um ambiente de aprendizado que respeite e valorize a diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais justos e solidários.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Míriam Matos. **Políticas públicas de Formação Continuada de professores para a Educação Inclusiva no Brasil: o que temos para hoje?** Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 120–140, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9841>. Acesso em: 7 out. 2024.
- ANDRADE, Raphael Rodrigues de; CAMPOS, Luis Henrique Romani de; COSTA, Heitor Victor Veiga da. **Infraestrutura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas.** Ciência & Trópico, [S. l.], v. 45, n. 1, 2021. DOI: 10.33148/cetropicov45n1(2021)art9. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1973>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- ANDRADE, S. G. **Inclusão escolar e formação continuada de professores: relações e contrapontos.** Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 1, n. 1, p. 86, 30 jun. 2008.
- BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. **Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente.** Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871>. Acesso em: 29 maio. 2024.
- BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** Editora Paulus, São Paulo, 2006.
- BAUER, Fatima Maria Da Silva. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EDUCACIONAIS.** *Nome do Site*. 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/jaque/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/6FAI2ZHK/FATIMA%20MARIA%20DA%20SILVA%20BAUER%20Artigo \[1\].pdf](file:///C:/Users/jaque/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/6FAI2ZHK/FATIMA%20MARIA%20DA%20SILVA%20BAUER%20Artigo%20[1].pdf). Acesso em: 20 out. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDBEN, nº 9394.** Brasília: Câmara Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 out. 2024.
- COITIM, R. D.; MORIGUCHI, E. A.; STRIEDER, D. M.; BACH, S. P. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA A IMPORTÂNCIA DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MEIO DIGITAL.** Anais do CIET:EnPED:2020 - (Congresso

Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1817>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FABRI, L. C.T.; TASSA, K. O. M. **CONCEPÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO CURRÍCULO: A ABORDAGEM DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**: Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 59–73, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6439667. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/606>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FÉLIX, H. S.; CORRÊA, E. J. S.; COUTINHO, D. J. G. **APRENDIZAGEM INCLUSIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO ESPAÇO ESCOLAR**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 12, p. 512–523, 2024. DOI: 10.51891/rease.V9i12.12768. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12768>. Acesso em: 3 abr. 2024.

FERREIRA, Giselle Coutinho; TOMAN, Alexandre. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: O QUE MOSTRAM AS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA?** Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 367–386, 2020. DOI: 10.12957/redoc.2020.54811. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/54811>. Acesso em: 31 mar. 2024.

FONSECA, K. A. **Formação de professores do atendimento educacional especializado (AEE): inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural** (Tese de Doutorado em Educação). p. 14-166. Marília: UNESP, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/204942>.

FRANCO, Renata Maria da Silva e GOMES, Claudia. **Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais**. Rev. psicopedag.[online]. 2020, vol. 37, n. 13, p. 194-207. ISSN 0103-8486. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-8486.20200018>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/01038486.20200018>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação**. Revista do Centro de Educação, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil.

GRACE, S. **Formação Continuada de Professores: Perspectivas Atuais**. Disponível em: <<https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/944>>. Acesso em: 7 out. 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, n. 41, p. 61–79, 1 set. 2011.

LIMA, Norma Silvia Trindade de; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Notas sobre inclusão, escola e diferença.** ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 19, n. 4, p. 824–832, 2017. DOI: 10.20396/etd.v19i4.8646274. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646274>. Acesso em: 31 mar. 2024.

LOUREIRO, C. R. M. J.; SILVA, R. L. da. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.** *Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 196-210, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i3.8090. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8090>. Acesso em: 19 out. 2024.

MAIA, Vítor Ochoa; FREIRE, Sofia. **A DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** *Rev. Exitus*, Santarém, v. 10, e020003, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100100&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 maio 2024. Epub 28-Mar2022. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1147>.

MARTINS, J. A.; DA SILVA, R.; SACHINSKI, I. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUEM SÃO ESTES SUJEITOS NA SOCIEDADE?.** *Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica*, [S. l.], v. 1, n. 5, 2020. Disponível em: <https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/104>. Acesso em: 19 out. 2024.

MISKALO, A. L.; CIRINO, R. M. B.; FRANÇA, D. M. V. **FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES.** *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 516–536, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7963543. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1385>. Acesso em: 25 maio. 2024.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MOSCA, Claudia Regina; Bortolini, Rosimar. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NUNES, V. L. M.; MANZINI, E. J. **Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual.** *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 33, p. e23/ 1–20, 2020. DOI: 10.5902/1984686X43241. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/43241>. Acesso em: 31 mar. 2024.

OLIVEIRA, Iana Thaynara Trindade; FEITOSA, Francisca da Silva; MOTA, Janine da Silva. **Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais: desafios da prática docente**. Revista Humanidades e Inovação. V. 7 n. 8 (2020): Educação formal e não formal, cultura e currículo III. maio, 2020. ISSN: 2358-8322. Acesso em: 31 mar. 2024.

PACHEVITCH, Sibeli. LIMA, Edina Alves de. MARTINIÁK, Vera Lucia. **Inclusão escolar e a educação inclusiva dentre o ensino regular e a formação inicial docente para a atuação neste contexto**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 04, pp. 05-21. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959. Acesso em: 30 mar. 2024.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. [s.l.: s.n., p. 1 – 11, 2017]. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SCHIZZI, J.; PEDROLO, L.; GREGORY, V. L.; BORDIN, C. DE O. C. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUEBRA DE PARADIGMAS, DESAFIOS ENFRENTADOS NO COTIDIANO ESCOLAR**. *Revista Missioneira*, v. 22, n. 2, p. 34-42, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/250..> Acesso em: 19 out. 2024.

SALGADO, Thais Regina de Freitas. **ADAPTAÇÃO CURRICULAR: um estudo de caso sobre a incorporação desse procedimento no ensino fundamental**. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM*, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 39–53, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/educacaoculturalinguagem/article/view/5646>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SILVA, Denise dos Santos Vasconcelos; SOUSA, Francisco Cavalcante de. **Direito à educação igualitária e(m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil**. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, V. 6, n. 4, p. 961-979, 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_0961_0979.pdf. Acesso em: 25 mai. 24.

SILVA, Fernanda Nunes; ALMEIDA, Mariangela Lima. **Inclusão Escolar e Formação Continuada: Entre Concepções e Práticas**. *Revista Educação Especial em Debate*, [S. l.], n. 06, p. 102–115, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/23629>. Acesso em: 7 out. 2024.

SILVA, Gabriele B. e; FELICETTI, Vera Lucia. **Formação docente e teoria dos campos conceituais: impacto na Aprendizagem Discente**. E-book, ed. Unijuí, da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2021- 210 p. - (Coleção Educação nas Ciências). ISBN: 978-65-86074-92-5.

SILVA, J. F. L. e; SILVA, L. G. da; SILVA, R. dos S.; PARENTES, M. D. da S. **Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas**. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–14, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i1.3514. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3514>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVA JÚNIOR, G. J. da. **Discussões sobre sociedade, educação, currículo, avaliação da aprendizagem e relações de poder**. Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4973>. Acesso em: 27 maio. 2024.

SOARES, Vitória Dietrich; SOARES, Natália Aparecida. **Formação inicial docente x educação inclusiva: desafios e possibilidades**. EBSCO, Investigações em Ensino de Ciências, 2021, vol 26, Issue 2, p113. ISSN: 1518-9384. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A1%3A5180353/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A152270336&crl=c>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SUÁREZ, Patrícia Prins; QUEIRÓZ, Paulo Pires de. **Direito, Educação Inclusiva e Escola: Comissão de Diversidade e Inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil – Niterói**. Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade, v. 13, n. 3, p. 312–318, 8 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14571/brajets.v13.n3.312318>. Acesso em 07 jun. 2024.

TASSA, Khaled Omar Mohamad El; CRUZ, Gilmar De Carvalho; CABRAL, Jeniffer Javorski. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES: DESAFIOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA**. Ioles, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1280>. Acesso em: 25 out. 2024.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. **“A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente”**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 22, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S141365382216000400005>. Acesso em: 25 mai. 24.

VASCONCELOS, Teresa. **A importância da educação na construção da cidadania**. Saber(e)Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º12 (2007), p.10911